

CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ

ESTADO DE SÃO PAULO

Identificação da Norma

RESOLUÇÃO Nº 479/2001

Ementa

REFORMULA A RESOLUÇÃO 478/01, QUE INSTITUI AVALIAÇÃO ESPECIAL DE DESEMPENHO PARA ESTÁGIO PROBATÓRIO.

Data da Norma Data de Publicação Veículo de Publicação

30/10/2001 01/11/2001 Imprensa Oficial do Município-

Matéria Legislativa

Projeto de Resolução nº 692/2001 - Autoria: Mesa Diretora

Status de Vigência

Revogada

Observações

Descritores: Câmara - servidores - geral.

Autor: MESA

Histórico de Alterações

Data da Norma Relacionada Efeito da Norma Relacionada

28/11/2006 <u>Resolução n° 516/2006</u> Revogada por



Câmara Municipal de Jundiaí

RE 479/2001 Flsm2/315 proc フラウス

São Paulo GABINETE DA PRESIDÊNCIA (proc. 33.992)

RESOLUÇÃO №. 479, DE 30 DE OUTUBRO DE 2001

Reformula a Resolução 478/01, que institui avaliação especial de desempenho para estágio probatório.

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ, Estado de São Paulo, conforme o Plenário aprovou em 30 de outubro de 2001, promulga a seguinte Resolução:

Art. 1°. A Resolução n°. 478, de 21 de agosto de 2001, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2". (...)

(...)

"§ 7º. Nos casos dos incisos I e II do § 1º. deste artigo, garantir-se-á ao servidor o direito ao contraditório e à ampla defesa, em obediência ao princípio constitucional do devido processo legal. (AC)

...)

"Art. 5°. (...)

"Parágrafo único. O preenchimento do Formulário de Avaliação será feito pela chefia imediata, cujo desempenho será avaliado pela Comissão de Avaliação de Estágio Probatório. (NR)

"Art. 6°. O Diretor Administrativo, na qualidade de Presidente da Comissão de Avaliação de Estágio Probatório, vistará a avaliação de desempenho do servidor, facultando-se-lhe acrescentar os apontamentos que se fizerem necessários. (NR)

"Art. 7º. Após o parecer da Comissão de Avaliação de Estágio Probatório, com o respectivo visto do Diretor Administrativo, o servidor será notificado pessoalmente a tomar ciência de sua avaliação e apresentar recurso, se for o caso, no prazo de 10 (dez) dias úteis. (NR)

"Parágrafo único. O recurso será dirigido ao Presidente da Comissão de Avaliação de Estágio Probatório, sendo processado e decidido em até 10 (dez) dias úteis, após a juntada das razões do recurso, nos termos do Ato regulamentador, culminando com a homologação ou não do decidido pela Presidência da Câmara Municipal. (NR)

(...)

"Art. 9". (...)

ght gat



Câmara Municipal de Jundiaí



São Paulo GABINETE DA PRESIDÊNCIA

(Resolução nº. 479/01 - fls. 2)

"§ 1º. O servidor com desempenho insuficiente em sua primeira avaliação, após o parecer da Comissão de Avaliação de Estágio Probatório devidamente vistado pelo Diretor Administrativo, receberá assistência profissional ou social e treinamento, para que seu desempenho seja aprimorado, periodo em que será acompanhado por sua chefia imediata. (NR)

"§ 2". Se o servidor obtiver desempenho insuficiente na segunda ou na terceira avaliação, será aberto processo, no prazo de 10 (dez) dias úteis, para que ele tenha vista e apresente sua defesa em igual período. (NR)

"§ 3º. As avaliações referidas no 'caput' deste artigo dar-se-ão ao final de cada ano do estágio probatório, dando-se ciência de cada uma ao servidor. (NR)

"§ 4º. Os servidores que já se encontrarem em estágio probatório na vigência desta resolução passarão, no mínimo, por duas avaliações. (NR)

"§ 5°. Após o devido processo legal, será exonerado o servidor que obtiver conceito insuficiente na avaliação final. (AC)

(...)

"Art. 12-A. A Presidência da Câmara Municipal homologará a avaliação de desempenho do servidor. (AC)"

Art. 2°. É revogado o § 5°. do art. 2°.

Art. 3º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ, em trinta de outubro de dois mil

e um (30/10/2001).

ANA TONELLI
Presidente

Registrada e publicada na Secretaria da Câmara Municipal de Jundiai, em trinta de outubro de dois mil e um (30/10/2001).

WILMA CAMILO MANFRED:

Diretora Legislativa

res479.doc/ns